

Com Brasil

7661 AON 01



DESINDEXAÇÃO

Anúncio de "pacote" aguarda negociações entre Itamar Franco e presidente eleito

por Eliane Cantanhêde
de Brasília

A equipe técnica do governo já tem pronto e acabado um "pacote" para a desindexação total da economia e aguarda apenas as negociações políticas entre o atual presidente, Itamar Franco, e o próximo, Fernando Henrique Cardoso, para definir se as medidas serão anunciadas de uma só vez ou em etapas, e se há condições favoráveis para a implementação antes da troca de governo, em 1º de janeiro de 1995.

A informação foi dada ontem por um influente assessor do governo e confirma o diagnóstico do próprio Fernando Henrique Cardoso, que em entrevista exclusiva ao "Balanço Anual", divulgado nesta semana pela GAZETA MERCANTIL, declarou que "acabar com a inflação e manter a indexação não dá".

Itamar e Fernando Henrique conversaram na segunda-feira e voltaram a se encontrar ontem à tarde, no Palácio do Planalto. Entre os dois momentos, o presidente eleito reuniu todo o atual comando da economia e os formuladores do seu plano de governo. Em pauta, uma avaliação do Plano Real e as medidas possíveis a curto, médio e longo prazos, para evitar sobressaltos, mas com todo cuidado para não melindrar a autoridade do atual presidente.

"O pacote" da desindexação está pronto desde a semana passada, quando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) criou a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), para substituir a Taxa Referencial (TR) no financiamento de investimentos. As demais medidas previstas, entretanto, ficaram engavetadas até que Fernando Henrique voltasse de sua viagem ao Mercosul e comandasse as negociações políticas com Itamar, para tentar viabili-

zá-las, ao menos em parte, ainda neste ano.

A equipe já estava vencida da necessidade da desindexação, mas resolveu apressar a elaboração do "pacote" por causa do repique da inflação que, segundo a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), deverá chegar a 2,5% em novembro e a 3% em dezembro, apesar das medidas de contenção do crédito e, em consequência, da demanda.

A ameaça de crescimento da inflação gera automaticamente movimentos de retomada da indexação, como já verificados na economia informal e nos salários de alguns setores empresariais. "Temos de evitar sobressaltos no mercado, às vésperas da posse do novo presidente", explica uma fonte da área econômica.

A desindexação, conforme apurou Ivanir Bortot, deste jornal, implica a eliminação de pelo menos três siglas do atual vocabulário econômico nacional: a TR, que afeta o mercado; a Ufir (Unidade Fiscal de Referência), que incide sobre os impostos; e, enfim, o IPC-r (Índice de Preços ao Consumidor-real), que corrige os salários. O fim desses indexadores poderia ser, inclusive, de uma só vez. O mais provável, contudo, é que seja anunciado em etapas, para descaracterizar a existência de "pacotes".

Segundo as fontes, tem poucas chances de evoluir a discussão sobre a dolarização da economia, com uma taxa fixa de livre conversão para a moeda norte-americana. O momento para implantar a medida teria sido o da criação do real, em 1º de julho. "Como prevaleceu a opção por uma conversibilidade flexível, que tem dado certo, não haveria motivo para se mudar tudo agora", disse um dos assessores. "Eu aposto com qualquer um, por exemplo, que a taxa do dólar nunca vai passar do real", acrescentou.